

Como estimular os professores para melhorar a educação?

» JOSÉ PASTORE

Professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP e membro da Academia Paulista de Letras.

O governador Tarcísio de Freitas está buscando melhorar a qualidade do ensino público em São Paulo: os professores que não faltarem às aulas e conseguirem melhorar as notas dos alunos da classe em que lecionam ganharão um ou dois salários extras no fim do ano. O desempenho dos alunos será avaliado por uma régua testada e consagrada no estado (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo — Saesp).

As pesquisas existentes no Brasil e no exterior indicam que os resultados dos incentivos econômicos aos professores têm sido controversos. Aliás, eles foram usados no Brasil, inclusive, em São Paulo, com resultados desenhados. Houve casos de pleno sucesso, e outros de triste fracasso (Ariana Britto e Fábio Waltenberg, *Bônus salarial para professor em função do desempenho do aluno em testes é uma política eficaz*—São Paulo, IEDI, 2019).

Nos países avançados, igualmente, há resultados nas duas direções. Certa vez, assistiu, no Senai de Brasília, a uma brilhante palestra do economista Roland G. Fryer Jr. que mostrou a sua decepção com várias modalidades de incentivos econômicos, com exceção de uma que passo a explicar. Fryer, professor da Universidade de Harvard, é atualmente, uma das maiores referências no campo de políticas públicas, em especial, de educação.

Depois de ter desanimado com vários experimentos, realizados com todo rigor metodológico, em que os professores do ensino médio recebiam um bônus no fim do ano letivo em função do bom desempenho dos alunos, ele decidiu mudar a forma de concessão desse incentivo. Ele fez o seguinte: no primeiro dia de aula do ano, deu US\$ 3 mil para todos os professores do seu



experimento, sem considerar o desempenho anterior dos mesmos. Eram todos bem formados em cursos de boa qualidade, muitos deles com mestrado e doutorado em pedagogia e na sua matéria de ensino.

Ao receber aquela “bolada”, os professores assumiram o seguinte compromisso por escrito. Se alcançassem uma marca positiva no sistema de avaliação estabelecido por Fryer, em comum acordo com as escolas, eles ficariam com os US\$ 3 mil. Mas, se não alcançassem a referida marca, devolveriam o dinheiro. Bingo! Foi um sucesso surpreendente. A maioria ficou com o dinheiro. (Bradley M. Allan and Roland G. Fryer, Jr., *The Power and Pitfalls of Education Incentives*, The Hamilton Project, 2011).

Ao receber o bônus, grande parte dos professores gastava imediatamente para pagar dívidas ou comprar bens e serviços. Com isso, eles criaram, para si mesmo, uma enorme pressão para fazer seu trabalho bem feito. Essa pressão interna era muito mais do que a pressão externa que vinha de chefes e supervisores. Houve casos de ultrapassagem da meta prevista.

Com isso, ele concluiu que os estímulos antecipados funcionam melhor do que os postergados. Ao ouvir essa explicação, pensei logo o que ocorreria com essa prática no Brasil. A primeira ideia que veio-me à mente foi a de que, uma vez ganhado o bônus, muitos professores reivindicariam a sua incorporação ao seu salário e, muito provavelmente, a Justiça do Trabalho atenderia o seu pleito...rsrs

Brincadeira à parte, deixo aqui essa sugestão para que Tarcísio de Freitas e outros governantes explorem as duas alternativas. Mas, como fez Fryer, é importante controlar os demais fatores que influenciam os resultados. Quem sabe esteja aí um método eficiente para melhorar a qualidade da nossa pobre educação!

Parece uma surpresa, mas não é

» ABRAM SZAJAMAN

Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP)

Abriu foi bastante turbulento em termos de perspectivas, o que pode ser verificado na reação dos mercados quanto ao afrouxamento das metas fiscais anunciadas pelo governo. O mercado financeiro não é exatamente um “ente” com poderes próprios ou sequer uma consciência única. No fundo, acaba por ser um espectador como outros, mas concentra indicadores que revelam, efetivamente, o que se pensa. Em outras palavras, reage com mais clareza e intensidade à condução da política econômica do País. Diferentemente dos cidadãos comuns, da classe política ou dos partidos, o mercado não emite opiniões, mas dá sinais. E é justamente por dar sinais que acaba induzindo ao erro quem o trata como uma espécie de super-humano.

Esses sinais, na verdade, são resultados de ações, e não de opiniões. A Bolsa e o dólar sobem ou caem não porque o mercado quer ou porque há uma opinião de mercado, mas porque as pessoas que atuam nesse tal mercado (sim, o mercado financeiro é um agrupamento de pessoas que compram e vendem ativos, assim como o supermercado é um agrupamento de pessoas que compram e vendem produtos para o consumo) compraram ou venderam ativos de acordo com a sua percepção do que vai acontecer.

Sem ignorar a importância da flutuação da taxa de juros, a inflação americana e os conflitos internacionais, por exemplo, os sinais de mercado, irremovíveis ou não os políticos e o cidadão comum, são importantes: o comportamento das pessoas que atuam no mercado financeiro tem um alto custo em

investimentos, ao contrário de uma opinião atrelada a uma visão específica de mundo.

O mês, ainda não terminado (artigo escrito em 21/4), teve o dólar começando a R\$ 5,06, com mínimo de R\$ 5 e máximo de R\$ 5,27. A Bolsa de Valores não foi muito diferente: começou o quarto mês do ano em 126.990 pontos, passou pelo mínimo de 124.170 e pelo máximo de 129.890. Essa volatilidade se deve à realidade e às perspectivas emitidas dos agentes. Ninguém compra ou vende dólar, nem ações, apenas para “sacanear” o governo A, B ou C.

Não custa lembrar que o controle das contas públicas e o equilíbrio fiscal são fundamentais para a sustentabilidade econômica de um país — e têm tudo a ver com essa instabilidade dos mercados neste mês. Controle (ou não) das contas públicas influencia diretamente a capacidade de um governo de financiar serviços, investir em infraestrutura e até evitar ou responder a crises, além de influenciar a confiança dos investidores (o mercado) e a estabilidade macroeconômica. Manter as contas em ordem ajuda, ainda, a garantir a sustentabilidade da relação entre dívida e Produto Interno Bruto (PIB), abrir caminho para a redução das taxas de juros e evitar (ou minimizar) a volatilidade de preços e outras crises econômicas.

O arcabouço fiscal, proposto no começo de 2023, apesar de mais flexível e menos assertivo do que o teto de gastos, foi bem assimilado pelo mercado naquele momento. Todavia, as constantes mudanças de projeções, sempre para pior (mais gastos e aumento de déficit), estão minando a confiança de quem

apoiou as primeiras sinalizações da política econômica do atual governo. E não se trata de uma batalha entre consumidores vulneráveis e investidores milionários: as coisas, em geral, andam bem ou mal simultaneamente para os dois grupos. Os interesses de investidores muito grandes ou do pequeno poupador são os mesmos: menos incertezas, inflação controlada e juros baixos.

O pano de fundo para esse cenário complexo é que o Brasil convive, há décadas, com baixos índices de crescimento econômico. Fazer negócios por aqui é mais custoso do que as empresas podem (e deveriam) pagar, e se a população gasta muito com impostos, o retorno público sobre eles é cada vez pior, consequência de um Estado que não para de crescer. Por essa razão, a FecomercioSP tem defendido a modernização do Estado em todos os seus aspectos — para que o ato de empregar, investir, empreender e gerar renda seja menos custoso.

As sinalizações recentes servem como alerta e como uma resposta sincera ao cenário. Não são, de forma alguma, provocações maldosas de quem não quer o bem do país. Sabe-se lá em que patamar a moeda norte-americana ou a Bolsa vão encerrar o mês, mas isso depende das sinalizações do governo, em especial quanto às contas públicas. Da mesma maneira, a inflação futura, as taxas de juros (não só a Selic, mas as efetivamente praticadas para empréstimos ao consumidor ou para quem quer investir) dependem do que os agentes econômicos vislumbrarem.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Educação fantasma

Mudanças e quaisquer alterações radicais, quando são feitas de modo brusco, apenas para atender situações emergenciais, normalmente, não resultam num modelo que pode ser implantado de modo definitivo. É o caso da educação a distância (EAD), implantada pelo país afora em decorrência das situações de calamidade pública provocadas pela pandemia da covid-19

Depois de mais de um ano sem aulas, quando não se tinha ainda clareza sobre as estratégias sanitárias adequadas a ser implementadas, muitas escolas, principalmente as particulares, resolveram adotar o modelo de educação a distância. Era um modo de evitar que a pandemia arruinasse esses empreendimentos. Acontece que essa prática de ensino, por características próprias, era pouco conhecida entre as escolas públicas e particulares para crianças e adolescentes, e ainda não se tinha todo um conhecimento mais profundo sobre como aplicá-la e seus resultados. Os docentes que se depararam com a obrigação de implementar a nova modalidade estavam despreparados, e não foram capacitados para esse tipo de ensino.

Diante da situação emergencial, as escolas públicas, principalmente as universidades, passaram a adotar também esse novo sistema de educação. Não é preciso ser um gênio da raça para saber que esse modelo fluiu, num país onde, apesar do volume de recursos públicos à disposição, a educação continua a não ser prioridade.

Passada a pandemia, muitos estabelecimentos educacionais e mesmo algumas universidades, resolveram continuar com a prática do ensino a distância, quer pela comodidade desse modelo, quer pela economia que essa modalidade trazia para todos. Ocorre que a educação, por sua metodologia didática e pedagógica, requer, em boa parte, que as aulas sejam presenciais. O ensino a distância apresenta problemas que só podem ser resolvidos com a interação direta e ao vivo do professor com o aluno. Mesmo assim, com todos os entraves, o modelo de educação a distância logo despertaria a atenção de muitos empresários do setor, começando, assim, a multiplicação, por todo o país, de inúmeros cursos não presenciais.

Ocorre que o Ministério da Educação, não tinha, até então, um setor voltado exclusivamente para fiscalizar a qualidade e a seriedade desses cursos 100% remotos. O resultado dessa ausência de fiscalização, somada à esperteza de muitos empresários do setor, levou o modelo de ensino a distância a se distanciar do que se pode chamar, minimamente, de educação. As distorções e os excessos passaram a ser a regra nesse modelo. Diante de uma situação que só se agravava a cada dia, o Ministério da Educação proibiu a criação de novos cursos remotos. Alguns cursos que estavam em andamento, aproveitaram a medida para simplesmente encerrar as aulas, deixando alunos no meio do caminho e sem que eles tivessem a quem recorrer.

Medidas emergenciais foram tomadas, como a adoção pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), tornando obrigatório que cursos de licenciatura em pedagogia tenham pelo menos 50% da sua carga horária em regime presencial. Tal medida, segundo a Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), poderá excluir milhões de alunos do ensino superior. De acordo com essa entidade, atualmente 3,5 milhões de alunos estão cursando o ensino de forma remota.

Para o MEC, esse problema pode ser contornado por meio de uma fase de transição. O principal, segundo a pasta, é colocar um freio de arrumação na educação a distância, acabando com a proliferação de cursos sem lastro de qualidade. Avaliação feita agora pelo MEC mostra que apenas 450 cursos de ensino superior a distância, ou 26%, conseguiram obter notas satisfatórias dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Conceito Preliminar de Curso (CPC). Interessante notar que a educação a distância, pela exigência da preparação específica e mesmo por sua complexidade técnica, requer também a uma formação especial e própria dos professores e de todo o corpo que participa direta ou indiretamente desse modelo. O fato é que essa capacitação simplesmente não tem existido até agora.

A educação a distância entre nós ainda é feita na base do improvisado e de maneira pouco profissional. A avaliação dos alunos que participam desse tipo de instrução é outro problema que ainda aguarda solução satisfatória. A questão não é condenar a educação a distância, tendo como parâmetro as falhas ocorridas a partir da eclosão da pandemia. É preciso, sim, estabelecer todo um novo estatuto de leis e regramento para essa nova modalidade, dotando a educação remota dos mesmos mecanismos de qualidade verificados na educação tradicional. Num país em que nem a educação básica tem atingido patamares mínimos de qualidade, levar essas virtudes para um novo modelo, será um desafio e tanto.

» A frase que foi pronunciada:

“A educação eletrônica está mudando. E veremos surgir novos modelos, novas tecnologias e designs. Então, vamos abandonar o ‘e’ – ou pelo menos dar-lhe uma definição nova e mais ampla.”

Elliot Masie

» História de Brasília

Mas, já que o PTB pôs na quota esses apartamentos da 106 e 306, o dr. Helano Maia de Souza poderia assumir a defesa dos funcionários e distribuir apartamentos. No dia em que nós demos, aqui, uma nota sobre o que aconteceria aos que estão em atraso de aluguel, o IAPC arrecadou num dia o que não vinha arrecadando em um mês, nestes últimos tempos. (Publicada em 7/4/1962)